

Ajuda Memória do Projeto Corredores Ecológicos
Missão de Pre-Avaliação
1-24 de junho de 1998

I. Introdução

1. Uma missão do Banco Mundial composta pelos Srs. Anthony Anderson (biólogo), Philip Hazelton (biólogo), Graciela Lituma (economista), Cláudia Sobrevila (bióloga) e André Guimarães (agrônomo), realizou a pré-avaliação (“*pre-appraisal*”) do Projeto acima referido no período de 01 a 24 de junho de 1998. A Missão foi acompanhada ainda pelos Srs. Gregor Wolf e Hans Aepli, representantes do Banco de Desenvolvimento Alemão (Kreditanstalt für Wiederaufbau/KfW); Srs. Peter Saile e Gustavo Wachtel, representantes da Cooperação Técnica Alemã (Deutsche Gesellschaft für Zusammenarbeit/GTZ); Srs. Marcel Viergever e Gil Yaron, representantes da Cooperação Britânica (DFID); Srs. José Manoel Vasconcelos e Henrique Gonçalves, representantes da Comissão Européia (EC); Sra. Gisela Hermann (contraparte brasileira da GTZ); Sr. João Baptista Monsã e Gabriel Ferreira, da Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (SCA/MMA); Srs. Sinfrônio Souza e Silva, Gilberto Sales e Ricardo Soavinski, representantes do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), e Sra. Ana Costa, representante da Secretaria Técnica do PPTAL/FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Apoio técnico à equipe do Banco foi fornecido por Neila Soares (antropóloga) e Marcello Coelho (engenheiro). A Missão gostaria de agradecer a todos pela cooperação e cortesia com que contribuíram para os seus resultados.

2. A Missão realizou diversas reuniões em Manaus, Tefé e Anavilhanas sobre o Corredor da Amazônia, e em Salvador, Igrapiúna e Porto Seguro sobre o Corredor da Mata Atlântica. Numerosas instituições dos três Estados (Amazonas, Bahia e Espírito Santo) foram contactadas e se reuniram com membros da Missão para discutir suas iniciativas locais e o Projeto Corredores Ecológicos (ver lista de instituições e participantes no Anexo 10). As reuniões finais da Missão em Brasília contaram, também, com a participação valiosa de representantes do Governo do Amazonas, do Governo da Bahia, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e da Rede Mata Atlântica. A Missão agradece ainda aos representantes do Governo do Brasil e a todos os outros órgãos e indivíduos que participaram das reuniões e que contribuíram para as conclusões desta Ajuda Memória.

3. O objetivo geral desta Missão foi o de buscar o consenso entre o Governo Brasileiro, os doadores, o Banco Mundial e as principais instituições interessadas a respeito da elaboração, da implementação, do financiamento e dos requisitos finais para a avaliação do Projeto Corredores Ecológicos. Atingiu-se progresso considerável em relação a este objetivo, e os seguintes resultados foram alcançados durante a Missão:

- estrutura geral da proposta avaliada, com recomendações concretas para o seu aperfeiçoamento;
- recomendações específicas para cada um dos componentes do Projeto apresentadas;
- recomendações sobre as estruturas gerenciais do Projeto apresentadas;
- compromissos preliminares para financiamento definidos;
- um esboço de termos de referência (TORs) definido para todos os trabalhos subsequentes, a serem conduzidos como base para avaliação do Projeto, com procedimentos e cronograma; e
- datas provisórias para a Missão de Avaliação do Projeto definidas.

4. O texto desta Ajuda Memória inclui as principais conclusões da Missão em relação à (i) estrutura temática do Projeto, (ii) os componentes, (iii) o financiamento, e (iv) o planejamento até o *appraisal*. Dez anexos, fornecendo subsídios para diversos aspectos do Projeto, seguem o texto e são considerados pela Missão como parte íntegra desta Ajuda Memória.

II. Estrutura do Projeto

5. Baseado nas discussões e análise da estrutura do Projeto Corredores Ecológicos, apresentada na proposta do Projeto (maio de 1998), a Missão concordou que todos os elementos principais do Projeto (componentes e sub-componentes) estão incluídos e, de modo geral, são satisfatórios. Conforme as recomendações apresentadas na próxima seção, informações adicionais devem ser apresentadas sobre os componentes específicos até a avaliação definitiva do Projeto.

6. Para facilitar a implementação do Projeto, porém, a Missão recomendou que a organização dos componentes e sub-componentes seja mais enxuta, operacional e estratégica. **Uma proposta de reorganização, elaborada pela equipe do Banco e discutida durante a Missão (Anexo 2), reduziria o número de componentes de seis para cinco, e o número de sub-componentes de 18 para 14; esta estrutura servirá de base para as considerações sobre os componentes do Projeto nesta Ajuda Memória (vide seção III). O Governo Brasileiro (MMA, IBAMA e FUNAI) sugeriu, no final da Missão, que os componentes que tratam de áreas de interstício (3) e terras indígenas (4) sejam fundidos num único componente, com três sub-componentes: (i) terras indígenas, (ii) áreas privadas, e (iii) áreas públicas devolutas. A estrutura definitiva e consensual será definida por um Grupo Técnico (vide para. 26), que será responsável pela preparação do documento definitivo do Projeto, incorporando as informações consideradas imprescindíveis para *appraisal* (vide Anexo 1).**

7. O Governo Brasileiro concordou com o conceito de implementação em duas etapas para garantir o início do Projeto no final de 1998 ou início de 1999, e já incorporou este conceito na proposta utilizada como base para esta Missão. **Porém, houve divergências entre os doadores sobre a conveniência de dividir o Projeto etapas. O**

Banco apoia o conceito de etapas, com metas claras, que deve ser mantido para guiar a preparação final deste Projeto. Esta abordagem permitirá (i) a implementação dos componentes mais preparados na Etapa 1, com o apoio de recursos do RFT; e (ii) a definição clara dos procedimentos para os outros componentes até o início da Etapa 2, quando a maioria dos doadores efetivará seu apoio ao Projeto.

III. Componentes do Projeto

1: Planejamento, Monitoramento e Gestão do Projeto nos dois Corredores

8. A natureza e grau de planejamento do Projeto no nível dos Corredores geraram discussões e debates. A Missão concordou que o planejamento no nível do Corredor deve alcançar uma visão desejada do futuro de cada Corredor (vide Anexo 3). No dia a dia, porém, o planejamento deve ser guiado por objetivos claros, tangíveis e práticos, que variam conforme o horizonte de tempo e os meios disponíveis para alcançá-los. Portanto, o planejamento é um processo constante e participativo que pode definir consensualmente as ações e as prioridades ao longo do Projeto. A Missão concordou com os seguintes princípios relacionados ao planejamento:

- O planejamento deve ser guiado por uma visão ampla do Corredor, porém deve ser também embasado em consultas constantes com instituições e comunidades locais chave.
- O planejamento será direcionado para melhorar as ações e impactos do Projeto e não terá um carácter normativo, nem assumirá características de gestão territorial, ao nível dos Corredores. Entretanto, o planejamento poderá recomendar e apoiar ações normativas relacionadas a espaços dentro dos Corredores, tais como o estabelecimento de UCs e RPPNs, e o fortalecimento da fiscalização.
- O planejamento envolverá um forte embasamento técnico e para tal terá o auxílio de consultores altamente qualificados, reunidos numa empresa de consultoria responsável técnica e administrativamente pelos produtos a serem fornecidos aos tomadores de decisão do Projeto (vide Anexo 3).
- O planejamento envolverá, também, um contínuo diálogo e negociação com novos parceiros na construção e manutenção dos Corredores, devendo continuar durante o Projeto inteiro.
- Para ser eficaz, o processo de planejamento tem que ser localizado na unidade de gestão do Projeto em cada Corredor, em estreita colaboração com instituições locais.
- O planejamento é estreitamente ligado com o monitoramento: na execução do Projeto, os resultados do monitoramento devem fornecer informações críticas para o planejamento (além de outras funções).
- A Unidade de Coordenação Local (UCL) será a estrutura de planejamento e coordenação do Projeto em cada Corredor, apoiada por um consórcio de consultores trabalhando em estreita cooperação com as instituições relevantes ao longo do Projeto. No fim do Projeto, as entidades locais (governamentais, ONGs ou ainda comunitárias) assumirão a continuação dos trabalhos de gestão.

9. Seguindo esses princípios, a Missão recomenda que o planejamento e monitoramento sejam realizados por duas equipes de consultores (uma equipe em cada Corredor, situada na UCL), contratadas durante a implementação do Projeto por empresas de consultores altamente qualificados (incluindo, quando for apropriado, representantes de ONGs e instituições de pesquisa), oferecendo uma oportunidade de transferência tecnológica e capacitação às instituições locais.

10. Durante o primeiro ano do Projeto, planejamento e monitoramento serão necessários em cada Corredor para: (i) identificar instituições locais (*núcleos executores*) que possam executar os subprojetos; (ii) refinar os critérios para seleção de subprojetos para alcançar máximo impacto; (iii) obter informações adicionais sobre o uso da terra, a situação fundiária, e os incentivos ao uso da terra; (iv) analisar e formular políticas e incentivos econômicos que, se adotados, possam promover a integridade do Corredor a longo prazo; e (v) desenhar uma estratégia para divulgar os resultados do Projeto a diversos públicos-alvo.

11. Seguindo as recomendações de concentrar nos Corredores a análise de políticas e incentivos econômicos para a conservação e a divulgação dos resultados do Projeto (sub-componente 1.3, vide tabela no Anexo 2), a Missão sugere que: (i) a preparação dos termos de referência e a contratação, acompanhamento, controle de qualidade, e avaliação dos resultados dos estudos recomendados (e ainda outros estudos a serem identificados), assim como a preparação da estratégia de divulgação nos Corredores, devem ser desenvolvidas em estreita colaboração com instituições locais; e (ii) estes estudos, bem como a estratégia de divulgação do conceito e dos resultados do Projeto, deveriam ser executados a partir da efetividade do Projeto, aproveitando o impulso de apoio evidente nos dois Corredores.

12. A Missão analisou em detalhe os arranjos gerais de gestão apresentados na proposta e as atribuições das unidades de gestão. Como subsídio para a definição da estrutura de gestão local do Projeto, considerações ainda que não consensuadas são apresentadas no Anexo 3. Como condição para o *appraisal*, a Missão recomenda que as estruturas (organogramas) e funções sejam definidas para a gestão local do Projeto em cada Corredor, incluindo um TOR para a equipe de consultores que apoiará o planejamento e monitoramento durante o primeiro ano, e incorporando os seguintes princípios:

- A gestão local deve ter uma estrutura ágil, porém com instâncias que garantam a participação de diversos setores da sociedade civil presentes nos Corredores, sem prejuízo às responsabilidades institucionais de coordenação do Projeto.
- Devido à limitação de recursos disponíveis para o Projeto no primeiro ano (vide seção IV), a Missão recomenda que as estruturas administrativas sejam mínimas nesta Etapa. Especificamente, no Corredor da Mata Atlântica, a Missão recomenda o estabelecimento de apenas uma Unidade de Coordenação Local (UCL), apesar da preferência expressa pelos representantes da Bahia e do Espírito Santo de estabelecer uma UCL em cada Estado. Isso não impediria a formação de mais de um colegiado (vide Anexo 3 para maiores detalhes sobre as estruturas propostas para a gestão local do Projeto). Com maiores recursos disponíveis na

Etapa 2, uma estrutura mais ampla e descentralizada poderia ser considerada para ambos os Corredores.

- No caso de entidades governamentais que assumirem a responsabilidade pela gestão do Projeto nos Corredores, estas devem (i) ter a responsabilidade pelo gerenciamento de espaços significativos dentro do Corredor; e (ii) alocar pessoal para assumir a responsabilidade pela coordenação da UCL.

13. Finalmente, a Missão concordou que os princípios de agilidade, flexibilidade e controle devem guiar a escolha do sistema de gestão financeiro a ser usado neste e nos outros componentes do Projeto. A Missão recomendou, ainda, que os mecanismos para a implementação incorpore na experiência adquirida através de outros projetos (tais como o PD/A e do PED), evitando a duplicação desnecessária de estruturas e esforços. Uma descrição detalhada do sistema de gerenciamento e os fluxos financeiros para cada componente do Projeto será fornecida ao Banco como parte do pacote de informação necessário para o *appraisal*.

2: Unidades de Conservação

14. A Missão chegou às seguintes recomendações e acordos com relação a este componente: (i) que a implementação do componente inicie com a efetividade do Projeto; (ii) que a estratégia de implementação comece consolidando as unidades de conservação (UCs) já estabelecidas, que constituem núcleos críticos para construção dos corredores; e (iii) que, devido à escassez de recursos no primeiro ano do Projeto (vide seção IV), a seleção de UCs a serem apoiadas seja feita através de um processo altamente criterioso.

15. Portanto, a Missão recomenda que, como condição para o *appraisal*: (i) o IBAMA inicie consultas com os OEMAs e prefeituras relevantes, solicitando propostas suscintas de apoio às UCs, contendo as informações definidas no Anexo 4; (ii) as propostas sejam analisadas tecnicamente pelos consultores de curto prazo disponibilizados pelo KfW e o Banco para apoiar o Grupo Técnico (vide para. 26), gerando uma lista atualizada de UCs candidatas para apoio na Etapa; e (iii) baseada nesta lista, nas propostas suscintas, nos critérios definidos (vide Anexo 4) e na disponibilidade de recursos, a Missão de *Appraisal* recomendará as UCs a serem apoiadas na Etapa 1.

3: Áreas de Interstício

16. Este componente será o principal instrumento do Projeto para que se atinja conectividade entre as diferentes unidades de conservação e as terras indígenas nas áreas prioritárias dos dois Corredores. Portanto, foi acordado que este financiará iniciativas de valor ecológico substancial, principalmente nas zonas-tampão das UCs e das terras indígenas, bem como em outras áreas de interstício essenciais para assegurar ou viabilizar a longo prazo a conectividade entre áreas protegidas existentes. Este componente financiará principalmente iniciativas para criar e/ou aprimorar RPPNs, reservas legais e áreas de proteção permanente, mas poderá também apoiar outras iniciativas nas áreas de interstício. Devido à imensa demanda potencial para apoio em ambos os Corredores, critérios claros e

rigorosos devem ser estabelecidos para a seleção de sub-projetos neste componente (vide Anexo 5). O Governo Brasileiro percebeu a omissão do ecossistema “Cavernas” e afins do Projeto, e sugere que haja um destaque para ações que possam contribuir para o conhecimento e conservação desse importante patrimônio natural.

17. Portanto, para o appraisal do Projeto, a Missão recomenda que o IBAMA e as OEMAs (i) preparem critérios e mecanismos para a implementação deste componente, (ii) definam atividades que testem estratégias para melhorar os serviços de apoio às RPPNs, e (iii) indiquem os custos e os mecanismos para implementação do componente (arranjos institucionais e fluxos financeiros). Esta informação deve ser incorporada no documento definitivo do Projeto e será uma condição para o appraisal.

4: Terras Indígenas

18. As terras indígenas constituem um componente altamente relevante do Projeto, especialmente no Corredor da Amazônia. Foi acordado que: (i) para assegurar o objetivo principal do Projeto, este componente incluirá os recursos necessários para o planejamento e implementação das iniciativas de proteção ambiental e manejo de recursos naturais nas terras indígenas localizadas nas áreas de prioridade dos dois Corredores; e (ii) para promover integridade e conectividade dos Corredores, prioridade será dada ao financiamento de subprojetos, envolvendo (i) diferentes etnias em terras contíguas ou uma mesma etnia em várias terras, ou (ii) alianças entre comunidades indígenas e não indígenas
- para a proteção de zonas tampão das terras indígenas.

19. Foi acordado que uma consulta direta com populações indígenas do Corredor da Amazônia, a ser realizada em julho de 1998 por uma equipe de consultores já contratada pelo Banco: (i) será realizada em conjunto com a FUNAI e o IBAMA, aos quais fica vinculada tecnicamente; (ii) será realizada com a participação da COIAB e outras organizações indígenas; e (iii) terá como um dos produtos a primeira versão do Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (PDPI), solicitado pelo Banco como condição de appraisal do Projeto. Maiores detalhes sobre esta consulta são fornecidas no Anexo 6.
-

20. No Corredor da Mata Atlântica, consultas com grupos indígenas poderão começar durante a Etapa 1, com base na identificação de áreas prioritárias para atividades do Projeto definidas antes do appraisal. Tais consultas deveriam ter como seu resultado principal um PDPI para o Corredor da Mata Atlântica, que será preparado durante Etapa 1 do Projeto, seguindo o roteiro utilizado para o Corredor da Amazônia (Anexo 6). A FUNAI, em conjunto com IBAMA e com apoio do Grupo Técnico, identificará a necessidade de apoio técnico para realizar tal processo de consulta durante a Etapa 1.

21. Com base nas informações solicitadas acima e como condição para o appraisal, a FUNAI, com apoio do Grupo Técnico, deve: (i) definir os arranjos institucionais para coordenar o componente indígena; (ii) preparar critérios para seleção de subprojetos no Corredor da Amazônia; (iii) preparar um TOR para as consultas no Corredor da Mata Atlântica; (iv) apresentar o orçamento da Etapa 1, fornecendo uma base
-

filme de custos para a preparação de subprojetos no Corredor da Amazônia e consultas no Corredor da Mata Atlântica; e (iv) definir o fluxo financeiro para este componente.

5: Coordenação do Projeto

22. Os papéis da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), localizada no IBAMA/DIREC em Brasília, foram discutidos durante a Missão. A Missão recomenda que, entre outros, esses papéis sejam de:

- coordenar o Projeto na sua totalidade;
- apoiar, através de consultorias, estudos de viabilidade de outros corredores;
- analisar e sintetizar as experiências adquiridas em cada Corredor e, de forma coordenada com as instâncias de gestão local do Projeto, disseminá-las amplamente para melhorar a implementação de corredores ecológicos no País;
- com base nesses estudos e análises, promover e incentivar outros corredores ecológicos, principalmente com ações voltadas à proteção da integridade de UCs;
- buscar fontes de financiamento adicionais, a nível nacional e internacional, para apoiar corredores ecológicos no País; e
- atuar como *liaison* entre os doadores, os governos estaduais, o MMA e outros setores e atores relevantes na implementação do Projeto.

23. Esses papeis devem ser discutidos internamente no IBAMA e no MMA e, em consulta com as outras instituições que colaborarão com a coordenação do Projeto a nível nos dois Corredores prioritários, servir de base para a definição detalhada das funções, atividades e custos da UCP, a ser preparada e encaminhada para o Banco como condição para o *appraisal*.

IV. Financiamento do Projeto

24. Os doadores indicaram valores estimados das doações para o Projeto com as datas aproximadas de disponibilidade:

- KfW: US\$18 milhões, disponíveis aproximadamente um ano após o *appraisal* (início de Etapa 2).
- CE: US\$12 milhões, disponíveis até um ano após o *appraisal* (início de Etapa 2).
- DFID: US\$ 5 milhões, disponíveis até um ano após o *appraisal* (início de Etapa 2).
- GTZ: cooperação técnica durante 3 anos, disponíveis a partir do início da Etapa 1 (ver Anexo 7).
- RFT: US\$5 milhões, disponíveis a partir de 01 de julho de 1998. (Um total de US\$3 milhões poderiam ser utilizados até o final da Etapa 1 e o restante na Etapa 2. Parte desses recursos poderiam ser disponibilizados como pre-investimento para apoiar as atividades restantes de preparação do Projeto, detalhadas no Anexo 1.)

25. Essas estimativas, ainda preliminares e não comprometidas, indicam recursos externos da ordem de US\$40 milhões (excluindo cooperação técnica) para este Projeto, sendo que apenas aproximadamente US\$3,5 milhões seriam disponíveis durante o primeiro ano. Esta disponibilidade inicialmente pequena implica que esta etapa deve incluir ações absolutamente essenciais, e que as metas (ou *benchmarks*) apresentadas na última versão do Projeto devem ser redimensionadas. Seguindo essas considerações, a Missão recomenda que o IBAMA prepare, como condição para o appraisal, os seguintes materiais: (i) uma lista revisada das metas a serem alcançadas pelo Projeto na Etapa 1; (ii) uma matriz lógica revisada do Projeto (referente apenas ao primeiro ano); e (iii) um orçamento detalhado, embasado nos custos levantados para todos os componentes.

V. Planejamento até o *Appraisal*

26. As atividades até o *appraisal* ficarão sob a responsabilidade de um Grupo Técnico, coordenado pelo MMA/IBAMA e com representantes da FUNAI, das OEMAs dos Estados presentes nos Cooredores prioritários (Amazonas, Bahia, Espírito Santo e, possivelmente, Minas Gerais), e das principais redes de ONGs (Grupo de Trabalho Amazônico e Rede Mata Atlântica). O Grupo Técnico será apoiado por consultores altamente qualificados em planejamento ambiental, com ênfase na conservação da biodiversidade. Esses consultores serão contratados pelo Banco Mundial (para o Corredor da Amazônia) e pela KfW (para o Corredor da Mata Atlântica) por um período de 6-8 semanas e reforçarão o trabalho do Grupo Técnico (vide para. 9).

27. Foi acordado que os Termos de Referência (TORs) para todo o trabalho de preparação do Projeto até o appraisal, detalhando produtos, executores, cronograma e custos, seria(m) preparado(s) pelo IBAMA e submetido(s) ao Banco Mundial e ao KfW para análise até 31 de julho de 1998. Caso aprovado(s), foi acordado, também, que o trabalho de preparação ocorreria entre 10 de agosto e 30 de outubro de 1998, e que sua conclusão satisfatória seria uma condição para a Missão da Appraisal.

28. Finalmente, o Grupo Técnico, com o apoio dos consultores especializados, forneceria: um documento definitivo do Projeto, incorporando as modificações conceituais sugeridas nesta Ajuda Memória¹. Este documento forneceria, também, informações adicionais sobre (i) as ações estratégicas do Projeto na Etapa, e (ii) os procedimentos administrativos necessários para iniciar o Projeto (vide Anexo 1 para maiores detalhes). Essas informações serão entregues ao Banco até 30 de outubro de 1998 e, se satisfatórias, permitirão o seguimento da Missão de Appraisal.

29. Esta Missão recomenda que, após a realização satisfatória das etapas definidas acima (e detalhadas no Anexo 1), a Missão do *Appraisal* do Projeto Corredores Ecológicos seja realizada na primeira quinzena de dezembro de 1998. Se possível, esta Missão seria

¹ Vide, por exemplo, para. 6 e Anexo 2 sobre a organização dos componentes, para. 14 e Anexo 4 sobre as UCs, para. 16 e Anexo 5 sobre as áreas de interstício, paras. 18-20 e Anexo 6 sobre terras indígenas, para. 22 sobre a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), e Anexo 3 sobre a gestão local do Projeto nos Corredores.

realizada inteiramente em Brasília e incluiria a participação de instituições relevantes para a coordenação do Projeto nos Corredores.

Brasília, 29 de junho de 1998

Ministério do Meio Ambiente, dos
Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
(MMA)

Kreditanstalt für Wiederaufbau
(KfW)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais
(IBAMA)

Comissão Européia (CE)

Secretaria Técnica do PPTAL/
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Department for International Development
(DFID)

Banco Mundial

Deutsche Gesellschaft für Technische
Zusammenarbeit, GmbH (GTZ)

Lista de Anexos

Anexo 1. Conjuntos de Informação Essenciais para o *Appraisal* do Projeto

Anexo 2. Proposta de Reorganização dos Componentes e Sub-componentes do Projeto Corredores Ecológicos

Anexo 3. Estruturas Propostas para as Unidade de Coordenação Locais (UCLs)

Anexo 4. Critérios de Seleção das UCs

Anexo 5. Considerações sobre o Componente 3: Áreas de Interstício

Anexo 6. Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas: Corredor da Amazônia

Anexo 7. Proposta de Formulação para Cooperação Técnica do Governo Alemão

Anexo 8. Ligações entre o Projeto de Corredores da Floresta e outros projetos do Programa Piloto

Anexo 9. Exemplos de Estudos sobre Incentivos Econômicos para a Conservação no Corredor da Amazônia

Anexo 10. Lista de Pessoas e Instituições Consultadas durante a Missão

Anexo 1. Conjuntos de Informações Essenciais para o *Appraisal* do Projeto

A Missão recomenda que o documento definitivo do Projeto, a ser preparado pelo Grupo Técnico liderado pelo IBAMA (vide para. 26) com o apoio de consultores a serem disponibilizados pelo Banco Mundial e o KfW, será entregue ao Banco até 15 de outubro de 1998, incorporando (i) a estrutura temática do Projeto (vide recomendações desta Missão no Anexo 2); (ii) as modificações conceituais sugeridas nesta Ajuda Memória; e (iii) as informações detalhadas abaixo.

Na discussão da Missão sobre os produtos necessários para o *appraisal*, concluiu-se que os seguintes produtos seriam essenciais para o *appraisal*: (i) a definição de ações estratégicas do Projeto em cada Corredor, e (ii) a definição dos requisitos administrativos para iniciar o Projeto. Maiores detalhes sobre os resultados específicos relacionados a esses conjuntos de informação estão apresentados abaixo.

Estratégia para cada Corredor

A estratégia parte de uma visão a longo prazo de cada corredor (Anexo 3), considerados os limites de tempo e recursos. Até o *appraisal*, os seguintes produtos devem ser gerados:

- *Áreas geográficas prioritárias.* No Corredor da Amazônia, a principal prioridade geográfica está nas grandes áreas protegidas que contribuem para a conectividade geral do Corredor (tais como a proposta Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, o Parque Nacional do Jaú ou a Terra Indígena dos Waimiri-Atroari). Em princípio, áreas menores que também contribuem para a conectividade do Corredor (tais como a Reserva Ecológica Juamí-Japura) teriam segunda prioridade, enquanto a identificação de áreas que não estão conectadas a outras unidades de conservação ou terras indígenas teriam menor prioridade. Entretanto, áreas contendo habitats únicos ou forte endemismo podem ser tratadas com especial atenção.

A priorização geográfica do Corredor da Mata Atlântica é mais complexa. Em vez de de operar no nível do Corredor, aqui o Projeto irá focar um número limitado de núcleos, que deverão: (i) estar estrategicamente distribuídos ao longo do eixo principal do Corredor; (ii) conter um índice relativamente alto de cobertura florestal nativa (>50%?); e (iii) conter áreas protegidas existentes ou planejadas. A capacidade institucional local será também um fator importante na priorização dos núcleos deste Corredor.

Até o *appraisal*, será necessário a elaboração de mapas para cada corredor, incorporando as seguintes informações mínimas em escalas apropriadas para o planejamento (vide página 21 da proposta para maiores detalhes):

- localização e limites de todas as áreas protegidas públicas (UCs e terras indígenas);
- cobertura florestal para identificar a conectividade existente entre as áreas protegidas (essencial para o Corredor da Mata Atlântica); e
- infraestrutura de transporte (estradas e rodovias), principais rios e centros urbanos;

- limites de unidades federativas (estados e municípios).

Deverá ser produzido para o *appraisal* um TOR para o desenvolvimento de um sistema de informação do Projeto, com destaque para a estrutura, as etapas e a política da informação, a ser entregue ao Banco como condição para o *appraisal*.

Em ambos os Corredores, uma análise mais detalhada dos atores locais (*stakeholder analysis*) em cada área prioritária será necessária na Etapa 1. Esta análise será especialmente útil para o fortalecimento dos núcleos executores e servirá como guia para a elaboração e/ou análise de subprojetos nos diversos componentes do Projeto. Os procedimentos e custos para realizar esta análise devem ser incorporados no documento definitivo do Projeto, a ser entregue ao Banco como condição para o *appraisal*.

- *Critérios de financiamento.* Isto constitui o sistema de incentivo para construir o Corredor. Para exercer máximo impacto e encorajar o desenvolvimento do Corredor, este sistema deveria ser baseado em critérios apropriados e no nível de financiamento para cada categoria de área protegida ou de interstício (UCs, Terras Indígenas, e áreas de interstício). Critérios preliminares para cada um dos componentes estão apresentados nas seções respectivas desta Ajuda Memória. Estes critérios precisarão ser refinados e confirmados com atores e instituições locais em cada Corredor, antes do *appraisal*. Além disso, deve-se examinar as experiências de outros projetos – em especial os Projetos de Execução Descentralizada (PED) do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – para identificar e, se apropriado, aproveitar de formas eficientes de selecionar os subprojetos. Os procedimentos e custos para definir os critérios necessários para selecionar subprojetos nos componentes 2-4 devem ser incorporados no documento definitivo do Projeto (vide paras. 15, 17 e 21).
- *Incentivos Econômicos.* Neste momento, existem relativamente poucos incentivos econômicos para a conservação no Brasil e muitos desincentivos. A criação de novos incentivos – tais como o ICMs verde, RPPNs (com procedimentos mais ágeis para aprovação), políticas relacionados ao Imposto Territorial Rural, armazenamento de carbono, etc. – teria um efeito catalizador sobre o estabelecimento dos Corredores. Um exemplo dos estudos sobre incentivos econômicos relevantes para as políticas públicas estão apresentados no Anexo 9. Tais estudos teriam um papel importante, também, no planejamento de ações estratégicas do Projeto ao nível dos Corredores. Os objetivos, cronologia e custos de tais estudos, para serem executados durante a Etapa 1, serão no documento definitivo do Projeto, a ser entregue ao Banco como condição para o *appraisal* (vide para. 11).
- *Setor Privado.* A consolidação dos Corredores—e, em especial, o Corredor da Mata Atlântica, depende do engajamento do setor privado. Agentes econômicos controlam extensas áreas em ambos os Corredores e sua participação na conservação de recursos naturais torna-se imprescindível. Baseado nessas considerações, uma definição dos elementos de uma estratégia para envolver o setor privado em ambos os Corredores

durante a Etapa 1, com atividades, cronologia e custos, será incorporada no documento definitivo do Projeto a ser apresentado ao Banco como condição para o appraisal.

- *Fiscalização e Monitoramento.* Uma parte essencial da estratégia para cada Corredor é o grau de monitoramento e fiscalização das políticas ambientais existentes. Uma análise resumida das políticas atuais e sua eficácia torna-se um elemento chave do Projeto. Baseado nesta análise, a definição de uma estratégia de fiscalização e monitoramento em ambos os corredores durante a Etapa 1, com cronologia e custos, será incorporado num TOR a ser apresentado ao Banco como condição para o appraisal.

Procedimentos Administrativos

- *Estruturas de Gestão do Projeto.* Seguindo as recomendações nesta Ajuda Memória (vide para. 12 e Anexo 3), organogramas devem ser definidos para a UGP e UCLs dos dois Corredores, com informação sobre a composição e funções de todas as instâncias. Esses arranjos devem ser discutidos com e aprovados pelas instituições envolvidas. Uma descrição detalhada das estruturas de gestão local e suas funções, acompanhado por um TOR para a equipe de planejamento e monitoramento durante a Etapa 1, deve ser entregue ao Banco como condição para o appraisal (vide paras. 12 e 28).
- *Sistema de Gerenciamento Financeiro.* Um sistema de gerenciamento financeiro transparente e eficiente é fundamental para o sucesso deste Projeto. Além disso, para aproveitar de sinergias, complementaridades e economia de recursos, devem ser analisadas outras iniciativas—tais como o PED e o PD/A—para financiar e administrar os subprojetos apoiados no âmbito deste Projeto. Uma análise preliminar da relação entre o Projeto de Corredores Ecológicos e outros Projetos do Programa Piloto pode ser encontrada no Anexo 8. A Missão concordou que a seleção do sistema de gerenciamento financeiro para cada componente será baseado nos critérios de eficiência e transparência. Uma descrição detalhada do sistema de gerenciamento e os fluxos financeiros para cada componente do Projeto será fornecida ao Banco como parte do pacote de informação necessário para o appraisal (vide para. 13).
- *Orçamento Detalhado.* Finalmente, um orçamento geral do Projeto e um orçamento detalhado para a Etapa 1, embasados em custos reais associados às atividades a serem executadas em cada componente do Projeto, devem ser entregues ao Banco como condição para o appraisal. Esses orçamentos devem indicar claramente os valores de contrapartida provenientes das diversas agências governamentais envolvidas na coordenação geral e/ou local do Projeto (IBAMA, FUNAI, OEMAs).

Cr terios para Avalia o

- *Metas.* Devido   limita o de recursos dispon veis para a Etapa 1 do Projeto, as metas (*benchmarks*) a serem atingidas at  o final desta etapa devem ser reformuladas. Uma lista revisada das metas deve ser entregue ao Banco como condi o para o appraisal. O cumprimento dessas metas ser  uma condi o para a efetividade da Etapa 2 do Projeto.
- *Indicadores.* Baseado nas mudan as sugeridas nesta Ajuda Mem ria, a matriz l gica com os indicadores para as Etapa 1 e 2 do Projeto deve ser atualizada e entregue ao Banco como condi o para o appraisal.

Anexo 2. Proposta de Reorganização dos Componentes e Sub-componentes do Projeto Corredores Ecológicos

Uma comparação dos componentes e sub-componentes na versão anterior da proposta com aqueles recomendados por esta Missão está apresentada na Tabela abaixo. Em geral, seguiu-se os seguintes princípios:

- *Descentralização de atribuições para os Corredores:*
 - A administração local do Projeto em cada Corredor seria designada para um sub-componente específico (1.1), desmembrado da administração geral devido as suas atribuições distintas.
 - A análise e a divulgação para promover a conservação da biodiversidade, anteriormente incluídas apenas na Coordenação Estratégica, seriam também parte das atribuições da administração local nos Corredores, apoiando as atividades de planejamento e monitoramento.
- *Subprojetos em áreas estratégicas dos Corredores:* Os componentes que tratam de unidades de conservação (UCs) (2), áreas de interstício (3), e terras indígenas (4) envolveriam subprojetos, selecionados com base em critérios estratégicos a serem definidos até o *appraisal* ou durante o primeiro ano do Projeto. Esta abordagem elimina a necessidade de um componente específico para subprojetos (5 na última versão).
- *Áreas de interstício:* O componente 3, que tratava apenas de reservas particulares, seria ampliado conceitualmente para incluir *áreas de interstício*—incluindo reservas particulares (RPPNs e reservas legais), áreas de proteção permanente e outras áreas julgadas críticas para a integridade dos Corredores, fora dos limites das UCs e das terras indígenas.

Novo desenho dos Componentes e Sub-componentes do Projeto Corredores Ecológicos proposto durante a Missão.

Versão antes da Missão: 6 Componentes, 18 Sub-componentes	Versão depois da Missão 5 Componentes, 14 Sub-componentes
1. Planejamento e monitoramento dos Corredores prioritários 1.1 Identificação e caracterização de áreas prioritárias ¹ 1.2 Desenvolvimento de planos dos Corredores ^{1,2} 1.3 Implementação do monitoramento e da fiscalização ^{1,2}	1. Coordenação, planejamento e monitoramento dos Corredores prioritários 1.1 Administração local do Projeto ^{1,2} 1.2 Planejamento dos Corredores ^{1,2} 1.3 Análise e divulgação para promover a conservação nos Corredores ^{1,2} 1.4 Monitoramento e fiscalização em áreas críticas ²
2. Manejo e estabelecimento de unidades de conservação nos Corredores prioritários 2.1 Preparação de planos de manejo para UCs chave ^{1,2} 2.2 Implementação dos planos de manejo nas UCs chave ^{1,2} 2.3 Estabelecimento de novas UCs ²	2. Manejo e estabelecimento de unidades de conservação nos Corredores prioritários 2.1 Preparação de planos de manejo para UCs chave ^{1,2} 2.2 Implementação dos planos de manejo nas UC's chave ^{1,2} 2.3 Estabelecimento de novas UCs ²

<p>3. Manejo e estabelecimento de reservas particulares nos Corredores prioritários</p> <p>3.1 Identificação de RPPN's e Reservas Legais^{1,2}</p> <p>3.2 Promoção de RPPN's e Reservas Legais^{1,2}</p> <p>3.3 Fortalecimento das agências que promovem e regulam RPPN's e Reservas Legais²</p>	<p>3. Manejo das áreas críticas de interstício nos Corredores prioritários</p> <p>3.1 Preparação de subprojetos^{1,2}</p> <p>3.2 Implementação de subprojeto²</p>
<p>4. Proteção da biodiversidade em terras indígenas nos Corredores prioritários</p> <p>4.1 Consultas e avaliações ecológicas e sócio-econômicas^{1,2}</p> <p>4.2 Preparação de planos de ação indígenas¹</p> <p>4.3 Implementação e monitoramento dos planos de ação indígenas²</p>	<p>4. Proteção da biodiversidade em terras indígenas nos Corredores prioritários</p> <p>4.1 Preparação de subprojetos^{1,2}</p> <p>4.2 Implementação de subprojetos²</p>
<p>5. Subprojetos para promover a conservação e o manejo sustentável</p> <p>5.1 Seleção de subprojetos¹</p> <p>5.2 Implementação e monitoramento dos subprojetos²</p>	<p>5. Coordenação estratégica</p> <p>5.1 Administração geral do Projeto^{1,2}</p> <p>5.2 Análise e Divulgação do conceito de Corredores²</p> <p>5.3 Estratégias para outros Corredores²</p>
<p>6. Coordenação estratégica</p> <p>6.1 Administração do Projeto^{1,2}</p> <p>6.2 Análise para apoiar o conceito de Corredores^{1,2}</p> <p>6.3 Divulgação de Corredores ecológicos²</p> <p>6.4 Estratégias para outros Corredores²</p>	

1=Etapa 1; 2=Etapa 2

Anexo 3. Estruturas Propostas para as UCLs nos Corredores da Amazônia e da Mata Atlântica

A Missão reconhece que os dois Corredores propostos pelo Projeto apresentam realidades muito diferentes, necessitando, portanto, de estratégias de implementação diferenciadas.

Corredor da Amazônia

No caso do Corredor da Amazônia, onde a conectividade da cobertura florestal já cobre uma vasta área, o principal desafio é estabelecer uma estrutura institucional e legal que, juntamente com ações estratégicas locais, terá a capacidade de manter e até aumentar a conectividade no futuro. Estabelecer uma estrutura e promover ações estratégicas são atividades bastante concretas e factíveis no âmbito dos Corredores dentro de um projeto de 5 anos. Devido a vastidão das áreas controladas por agências governamentais e ao relativo estado de preservação do Corredor da Amazônia, as atividades do Projeto envolverão, em grande parte, o estabelecimento e a consolidação das áreas oficiais protegidas (UCs e terras indígenas). Este Corredor está praticamente (embora não juridicamente) estabelecido pela cadeia de terras indígenas, UCs federais e estaduais que cobrem a área desde Roraima até a fronteira Colombiana. As instituições relevantes nessas áreas são, principalmente, a FUNAI, o IBAMA e o governo do estado do Amazonas (IPAAM/IFAM). Isto reduz a complexidade de gerenciamento, uma vez que os principais atores são mais facilmente identificáveis já que os maiores atores são poucos, facilmente identificáveis e administram poucas, embora muito extensas, áreas.

Dado o reduzido número de instituições responsáveis pelas áreas no Corredor, a Missão sugeriu um organograma preliminar que inclui: (i) o IBAMA como a responsabilidade coordenadora geral ao nível de COGER/DIREC; (ii) um conselho de gestão do Projeto no Corredor, composto por um número limitado (5-7) de representantes das agências governamentais pertinentes e da sociedade civil; (iii) um colegiado de acompanhamento do Projeto (ou mais de um, conforme as necessidades de gestão em cada Corredor), incluindo todos os grupos diretamente interessados no Corredor; (iv) uma Unidade de Coordenação Local (UCL), composta por uma pequena equipe técnica e administrativa (funcionários do IBAMA e outras agências governamentais pertinentes), apoiada por consultores responsáveis pelo planejamento e monitoramento do Projeto; e (v) pequenas câmaras técnicas responsáveis pela avaliação e seleção de subprojetos em UCs, terras indígenas e áreas de interstício, a serem implementados por núcleos executores. As funções de cada uma dessas instâncias são detalhadas a seguir:

- O conselho de gestão terá poder de decisão sobre todas as etapas e aspectos relacionados ao Projeto, em suas áreas de atuação, supervisionando a implementação através da UCL e dos núcleos executores. Este conselho também revisará os planos de trabalho propostos e em andamento, entre outras atividades. O conselho se reunirá uma vez ao mês durante a Etapa 1 e até quatro vezes ao ano durante a Etapa 2.

- Pelo menos uma vez por ano, o conselho de gestão, apoiado pela UCL, apresentará os resultados do Projeto e os planos de ação futuros ao(s) colegiado(s), que será(ão) integrada(s) por representantes de atores locais (agências estaduais e municipais, organizações de base, setor empresarial, ONGs, instituição de pesquisa, etc.). Este(s) colegiados terá(ão) a função opinar sobre os rumos gerais do Projeto, sugerir novas oportunidades e frentes de atuação.
- A Unidade de Coordenação Local (UCL) será dotada de um quadro executivo técnico-administrativo do IBAMA e de outras agências governamentais (vide requisitos na para. 12), sendo composta de uma gerência técnica-administrativa que será apoiada por uma equipe de consultores com experiência nacional/internacional, responsável pelo planejamento e monitoramento do Projeto no Corredor.

Corredor da Mata Atlântica

No caso do Corredor da Mata Atlântica, a visão e a estratégia são bem mais complexas porque a conectividade florestal terá que ser restabelecida, e o número de instituições envolvidas é bem maior. Aqui os poucos remanescentes de floresta fora das UCs são em grande parte controlados pelo setor privado e uma proporção relativamente alta das atividades do Projeto terão que focar o fortalecimento de UCs (componente 2) e no incentivo à conservação ambiental em áreas intersticiais (componente 3), a maioria das quais pertencentes ao setor privado. Alcançar a visão de conectividade de floresta nativa neste Corredor poderá levar duas ou mais gerações, e neste contexto o Projeto de 5 anos representa apenas um primeiro passo. Três conjuntos de atividades podem ser visualizados dentro de períodos de tempo distintos: (i) aumentar a conectividade entre um número limitado de *núcleos geográficos*, ou de uma *coluna vertebral* onde a cobertura florestal já é significativa e as instituições relativamente fortalecidas (5-10 anos); (ii) construir uma *coluna vertebral* de cobertura florestal ligando as vértebras ao longo de um eixo central do Corredor, semelhante à Trilha dos Appalachians nos Estados Unidos, de 3,000 km (10-20 years); e (iii) reestabelecer o *tecido conectivo* de cobertura florestal nativa em áreas extensas adjacentes ao eixo central (20-50 anos). A concretização desse cenário requer um compromisso de longo prazo de diversos atores, incluindo agências governamentais e a sociedade civil, especialmente ONGs, instituições de pesquisa e, com mais tempo, proprietários de terra e outros agentes econômicos.

Este Corredor apresenta uma situação muito mais diversificada e complexa, técnica e institucionalmente. As áreas já protegidas são ínfimas e muito dispersas; os atores múltiplos e de todos os setores: governos federal, estaduais e municipais; proprietários privados individuais e associados; ONGs e empresas grandes, além de comunidades indígenas. Em geral, a estrutura da UCL será mantida com as autoridades públicas mantendo a responsabilidade formal e gerencial, apoiada por um grupo de consultores técnicos na área de planejamento e implementação do Corredor.

Anexo 4: Critérios de Seleção das UCs

Critérios de Elegibilidade e Seleção:

1. **UCs Federais, Estaduais e Municipais:** Na Etapa 1 os critérios de seleção e apoio seriam:
 - **Geográficos:** As UCs elegíveis: (i) estarão localizadas nas áreas prioritárias do Corredor; e (ii) contribuem para a integridade e conectividade do Corredor.
 - **Biológica:** No Corredor da Amazônia, as UCs elegíveis deveriam ser representantes dos grandes ecossistemas amazônicos (águas brancas, águas pretas, terras firmes, etc.) e das principais bacias hidrográficas. No Corredor da Mata Atlântica, as UCs elegíveis deveriam: (i) conter ecossistemas primários que ainda estão em boas condições de conservação, e/ou (ii) estar localizadas próximo a outros remanescentes de ecossistemas primários.
 - **Institucional:** As UCs elegíveis deveriam ter uma massa crítica institucional com capacidade demonstrada de executar os subprojectos efetivamente.
 - **Legais:** O status legal da UC deveria estar: (i) completamente regularizado; (ii) sob resolução; ou (iii) com planos para resolução com cronograma.
 - **Contrapartida:** A contrapartida local disponível será *sine-qua-non* para apoio no Projeto.
 - **Representação Esferas Governamentais:** É aconselhável obter uma representação das UCs federais, e das áreas protegidas estaduais e municipais, assegurando o envolvimento e compromisso dos vários níveis governamentais nos Corredores.

2. **APAs:** A pedido dos estados da Mata Atlântica (onde são de alta importância), as APAs serão consideradas desde que: (i) contenham UCs com situação legal definida; e (ii) respondam aos demais critérios de seleção de UCs.

3. **Reservas Particulares:** A Missão concluiu que estas não seriam consideradas sob o componente 2, mas que: (i) serão elegíveis para apoio através dos subprojetos do componente 3; (ii) uma contrapartida significativa seria necessária neste caso; e (iii) recursos da doação geralmente seriam limitados à assistência técnica, pesquisa e/ou divulgação.

Planos de Manejo

4. O *Roteiro Metodológico para o Planejamento de UCs de Uso Indireto do IBAMA* contém a maioria dos elementos num plano de manejo de UCs. Se recomenda, porém, que deveria explicitar que: (i) dado que o Projeto foi elaborado em torno da construção de um corredor, os planos de manejo deveriam analisar e englobar uma ampla área-tampão em volta das UCs; (ii) o plano de manejo deve explicitar as ameaças e necessidades nas UCs, propondo estratégias para estimular a conectividade entre elas; e (iii) os planos de manejo se baseiam em avaliações sociais conforme as diretrizes do Banco.

Financiamento

5. Serão elegíveis para financiamento as seguintes ações/etapas na preparação e implementação das UCs: (i) trabalho inicial necessário para começar a preparação de planos de manejo; (ii) preparação de planos de manejo; e (iii) implementação de planos de manejo (investimentos).

6. A Missão concordou que: (i) os recursos de contrapartida necessários para cada UC devem ser de 33%, proveniente de fontes públicas (governos federais, estaduais ou municipais) ou outras fontes (empresas privadas ou estaduais, fundações, outros projetos, etc.); (ii) os critérios para o estabelecimento da percentagem de 33% serão refinados até o appraisal; e (iii) a contrapartida cobrirá custos de pessoal e manutenção de equipamento e prédios para garantir a sustentabilidade da UC.

Condições para Financiamento

7. A seguinte informação deve ser fornecida nas propostas sucintas a serem preparadas como condição de financiamento na Etapa 1:

- **valor biológico** e justificação estratégica no Corredor;
- **ameaças:** análise das ameaças às UCs e a estratégia para enfrentá-las;
- **descrição legal:** status legal atual e/ou (ii) plano de regularização;
- **investimentos:** histórico dos investimentos anteriores em infra-estrutura e manejo (por exemplo, do PNMA);
- **participação:** conhecimento das comunidades locais, envolvimento passado na UC e proposta de participação futura;
- **atividades propostas:** descrição detalhada das atividades nas UCs com os resultados esperados;
- **arranjos institucionais:** descrição de como a entidade responsável implementará a UC, detalhando os arranjos institucionais para cada atividade;
- **cronograma de implementação:** para a Etapa 1, cronograma e planejamento detalhado de atividades (plano de trabalho) deve estar preparado;
- **orçamento:** informações detalhadas do destino do financiamento solicitado, incluindo pessoal, consultores (número de dias), equipamento, infra-estrutura, viagens e diárias, treinamentos e oficinas e materiais;
- **contrapartida** prevista em pessoal e infra-estrutura durante o sub-projeto, indicando as outras fontes financiadoras alcançando um mínimo de 33%;
- **anexos:** a entidade responsável deve disponibilizar o(s) plano(s) de manejo existente(s), mapas, decreto de estabelecimento e outras informações relevantes para a UC candidata.

Anexo 5. Considerações sobre o Componente 3: Áreas de Interstício

A Missão recomenda que, além das considerações ecológicas e de conectividade, os seguintes princípios sejam levados em consideração na preparação dos critérios de seleção para o *appraisal*: (i) iniciativas que busquem compatibilizar os benefícios ambientais e econômicos para assegurar sustentabilidade; e (ii) iniciativas que contem com recursos adicionais, dado que os recursos do Projeto são limitados para ter o impacto necessário nas áreas de interstício. A Missão também recomenda que os critérios propostos e o mecanismo operacional para a implementação deste componente sejam preparados em estreita coordenação com os interessados locais.

Além disso, IBAMA e as OEMAs precisam criar condições para maximizar o uso de RPPNs, através do:

- fortalecimento da criação e acompanhamento de RPPNs, cadastrando ONGs ou técnicos para fazer a vistoria, tramitação e assessoria aos proprietários, com ênfase nos pequenos proprietários (já que os grandes podem contratar esses serviços);
- priorização da criação de RPPNs em locais estratégicos para a conservação da biodiversidade, tais como nos entornos e/ou entre UCs existentes;
- ampliação do conceito de RPPNs para permitir o uso direto em circunstâncias específicas, tais como a exploração do cacau no sub-bosque da Mata Atlântica, atrelando benefícios tais como diminuição de encargos financeiros, isenção do ITR, ampliação de linhas especiais de crédito, etc.;
- estímulo à formação de associações para induzir as populações de agricultores a unir esforços para a reabilitação de reservas legais e de áreas com cobertura florestal permanente; e
- condução de estudos visando o aprimoramento das RPPNs no País.

Anexo 6. Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI) Corredor da Amazônia

Os primeiros passos para a preparação do PDPI envolverão a consulta de uma equipe de consultores com os principais grupos indígenas do Corredor (vide para. 19 e Anexo 5). Para facilitar a coordenação da consulta indígena, os consultores submeteram ao Banco, à FUNAI e ao IBAMA o material de divulgação do Projeto, a metodologia da consulta, e o cronograma de visitas antes de iniciar a consulta. Foi concordado que as seguintes recomendações serão seguidas durante a consulta: (i) o Banco, a FUNAI e o IBAMA revisarão o material de divulgação do Projeto preparado pela equipe de consultores; (ii) serão sistematizadas as informações existentes sobre as terras indígenas pertinentes antes do início da consulta; e (iii) o produto final da consulta, uma vez discutido com a FUNAI e o IBAMA, será utilizado na preparação dos PDPIs.

O relatório da consultoria identificará: (i) possíveis subprojetos desejados pelas comunidades indígenas; (ii) critérios para a priorização de subprojetos indígenas; (iii) assistência técnica necessária para a preparação de subprojetos e/ou a implementação de subprojetos; (iv) cronograma e custos estimados para a preparação de cada subprojeto; (v) representação indígena relevante, no Corredor e nos locais locais, que poderia auxiliar na preparação e implementação de subprojeto; e (vi) interfaces com PPTAL e outros projetos do PPG7 em andamento ou em preparação. Estas recomendações, uma vez discutidas e aprovadas pelo governo, serão incluídas no PDPI.

O PDPI será estruturado pela seguinte roteiro:

Antecedentes

- Sumário do Projeto Corredores Ecológicos, o qual: (i) visa promover a conservação da biodiversidade e inclui um componente que beneficiará os povos indígenas, auxiliando na proteção das suas terras e dos recursos naturais; (ii) é desenhado para ser executado através do processo participativo de aproximações sucessivas;
- O objetivo do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI) é: definir como o Projeto Corredores Ecológicos abordará e executará o trabalho em terras indígenas;
- Resumo da metodologia de consultas utilizada: como os quatro grandes núcleos foram selecionados para a consulta, como os grupos foram contatados, etc;
- Enfatizar que o objetivo da consultoria é identificar necessidades locais de conservação que possam ser contempladas pelo Projeto.

População, Composição Étnica e Organização Social

- Estimativa da população indígena existente no Corredor;
- Grupos étnicos: quem, quantos e características principais, língua, etc;
- Dispersão geográfica;
- Organizações indígenas comunitárias;

- Organizações inter-comunitárias e representatividade.

Questões Legais

- Resumo da situação relacionada à regularização das terras (quadro indicativo de áreas, localização, situação fundiária e indicação da vulnerabilidade, utilizando-se dos mesmos critérios usados para o PPTAL, ou refinando-os);
- Mapa localizando as áreas, identificando os estágios diferentes da regularização e incluindo a existência de índios isolados;
- Questões principais (por exemplo, a existência de comunidades indígenas isoladas que ainda não tenham sido identificadas, invasões de terras indígenas, sobreposições a outras Unidades de Conservação, etc.).

Manejo dos Recursos Naturais/Sistemas de Subsistência

Caracterização geral de:

- Ecossistemas principais e sua situação de conservação;
- Padrões de uso da terra e sistemas produtivos.

Estrutura Institucional

- FUNAI: Papel regional e federal, questões principais;
- IBAMA: Papel regional e federal, questões principais;
- Governos locais, questões principais. Poderá ser útil apresentar um quadro que mostre o percentual de terras indígenas na jurisdição de cada município;
- ONGs especializadas.

Descrição dos Subprojetos Identificados

- Descrição sucinta e justificativa para cada subprojeto potencial (ou tipo de subprojeto) que tenha sido identificado nas consultas às comunidades (por exemplo, proteção da terra, manejo dos recursos naturais, organização comunitária, etc.);
- Priorização dos subprojetos conforme seus impactos sobre a integridade e conectividade do Corredor;
- Custos estimados para a preparação dos subprojetos, incluindo assistência técnica e os meios para garantir a participação comunitária.

Anexo 7. Proposta de Formulação para Cooperação Técnica do Governo Alemão

O governo alemão avaliará a proposta da GTZ de providenciar Cooperação Técnica ao Projeto, atendendo as seguintes considerações:

- Assistência técnica no componente “Coordenação Geral”
- Assistência técnica para cada um dos dois corredores prioritários da Amazônia e da Mata Atlântica
- O enfoque desta assistência técnica será, entre outros, a assessoria em questões relacionadas com planejamento, programação, execução, monitoramento e avaliação das principais atividades orientadas para a implementação dos corredores, apoiando, desta forma, o fortalecimento institucional e a sustentabilidade dos resultados alcançados pelo projeto
- Para tal fim, disponibilizará peritos, recursos para treinamento e capacitação e para consultorias específicas de curto e médio prazo
- A cooperação técnica se desenvolverá em estreita coordenação com as contribuições financeiras da KfW e seguindo as orientações políticas estabelecidas pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e de Desenvolvimento
- Os detalhes desta cooperação serão definidos e formalizados, conforme procedimentos estabelecidos, em estreita colaboração com o governo brasileiro.

Anexo 8. Ligações Potenciais com outros projetos do Programa Piloto.

Descrição do Projeto	Interação com o Projeto Corredores Ecológicos (PCE)
PPTAL - Projeto Integrado de Proteção para os Povos e Terras Indígenas da Amazônia	Delimitação de terras indígenas é um assunto do PPTAL e não do PCE, exceto no caso de grupos não identificados no Corredor da Amazônia e para aqueles poucos grupos sem terras regularizadas no Corredor da Mata Atlântica. Sistemas de fiscalização e proteção sendo elaborados pelo PPTAL irão impactar diretamente o Corredor da Amazônia -- coordenação será necessária.
PD/A - Projetos Demonstrativos	Cobre a área da Amazônia e Mata Atlântica. Nos Corredores prioritários, municípios ou ONGs envolvidos com UCs poderiam competir para recursos do PD/A. Provavelmente terá impacto limitado mas a seleção dos projetos do PD/A e mecanismos para financiamento poderiam ser usados para subprojetos nas áreas de interstício.
PD/I - Projetos Demonstrativos em Terras Indígenas	Ainda em preparação, possivelmente cobrirão a Amazônia e Mata Atlântica. Áreas indígenas nos dois Corredores prioritários poderiam competir pelos fundos do PD/I, mas nenhum peso especial seria dado para áreas de alta importância para o Corredor. O PD/I também excluiria projetos envolvendo ligações entre terras indígenas e zonas tampão. O PCE poderia fazer uso do mesmo mecanismo de financiamento e seleção, com critérios diferentes.
PRODESQUE - Controle e Monitoramento de Fogo e Desmatamento na Amazônia	Poderia haver sobreposição, conforme a localização das áreas piloto do PRODESQUE, que usará o sistema GIS do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA para mapear desmatamento e fogo. Um mecanismo de coordenação e possivelmente metodologias compartilhadas de monitoramento poderiam ser interessantes.
Projeto Varzea - Manejo de Recursos Naturais nas Várzeas da Amazônia	Alguma sobreposição (Tefé e Jutai-Solimões RESEC). Precisa compatibilizar o monitoramento, análises de políticas e subprojetos.
RESEX - Projeto Reservas Extrativistas	Não ativo no Corredor da Amazônia. Entretanto, lições poderiam ser aplicadas nos Corredores da Amazônia - uma tarefa para o IBAMA.
PROMANEJO - Projeto de Manejo Florestal na Amazônia	Ligação direta com manejo sustentável nas áreas de interstício do Corredor da Amazônia. Controle e fiscalização, iniciativas promissoras e manejo comunitário da floresta são apoiados. Mecanismo de coordenação com o PCE ainda não definido.
SPRN - Sub-Programa de Política de Recursos Naturais	Sobreposição em 5 municípios dentro do Corredor da Amazônia onde o SPRN fará zoneamento econômico-ecológico, monitoramento de variáveis ambientais e a fiscalização. Incentivos econômicos para o uso sustentável de recursos naturais estão sendo desenvolvidos. SPRN tem um grupo de trabalho federal/estadual/municipal/NGO. Coordenação entre este e o sistema de gestão proposto para o Corredor da Amazônia será necessária. Alguns representantes serão comuns aos dois. Mecanismo de coordenação ainda não definido.
Subprograma de Ciência e Tecnologia	Este sub-programa promove e dissemina conhecimento científico relevante para conservação e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Sinergia é possível, desde que haja troca de informações com o PCE. Mecanismo para fazer isto precisa ser definido.
AMA - Projeto de Monitoramento e Análise	Apoia monitoramento e análise de lições aprendidas no âmbito do Programa Piloto como um todo. Deveria assistir o PCE, estabelecendo um sistema de monitoramento complementar com outros projetos do PPG7 e a troca de informações. Como o potencial para gerar lições estratégicas do PCE é alto, estudos complementares seriam possíveis.

Anexo 9. Exemplos de Estudos sobre Incentivos Econômicos para a Conservação no Corredor da Amazônia

A proposta do IBAMA identifica os incentivos econômicos como uma área que necessita de apoio. No entanto, a oportunidade de apoiar a formulação de políticas com conhecimento na área de economia dos recursos naturais é seriamente limitada pela falta de capacitação local nesta área. Esta contrasta-se com a experiência significativa das instituições de pesquisa locais em ciências biológicas e etnobotânica. A falta de capacitação na área de economia de recursos naturais foi identificada e, inclusive, o INPA tentou, há alguns anos, estabelecer um centro de ciências sociais. Infelizmente, este empreendimento não foi bem sucedido devido, em larga parte, à dificuldade de integração desta unidade numa instituição de pesquisa científica pura.

Serão necessários estudos na área de economia dos recursos naturais voltados para políticas públicas, os quais estão preliminarmente definidos abaixo. Estes estudos podem ser realizados através de consultorias de curto prazo, porém a necessidade de capacitação nesta área indica que seria preferível adotar uma estratégia alternativa. A Universidade Federal do Amazonas aparenta ser a instituição apropriada para receber esta capacitação: seu Centro de Ciências Ambientais é uma unidade multidisciplinar, que conta com o apoio da Faculdade de Economia. A estrutura proposta, que necessitaria de discussão com a Universidade Federal do Amazonas, seria constituída de uma unidade de políticas econômicas composta de um agente de cooperação técnica (TCO), um ou dois economistas locais e de contribuições de alunos de mestrado.

Os seguintes estudos foram identificados como sendo prioritários neste momento:

Estabelecimento e gestão de reservas particulares

As Reservas Legais representam a proporção de terras pertencentes a particulares que devem ser conservadas como floresta nativa. Na região Amazônica, esta proporção recentemente aumentou para 80%. A aplicação desta norma pelo IBAMA tem sido fraca, porém a declaração de reservas legais agora é exigida para fins de cálculo de imposto. Isto faz com que haja um incentivo em declarar reservas legais (para minimizar o valor do imposto) e esta informação está disponível para o IBAMA.

O registro das RPPN (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) restringe o uso da terra ao ecoturismo, recreação, atividades culturais e educação ambiental que não prejudiquem a conservação da biodiversidade. As terras particulares registradas desta forma são isentas de impostos territoriais. O projeto identificaria áreas prioritárias para a criação de RPPNs e forneceria planos de gestão para os proprietários.

As questões a serem tratadas são:

- Qual deve ser o desconto apropriado nos impostos para estimular o estabelecimento de reservas particulares? Isto requer uma comparação da economia em impostos e a rendas provenientes do uso sustentável da terra por proprietários particulares, com o valor financeiro e econômico total da terra convertida em reserva. Esta análise deverá ser conduzida para uma amostra representativa dos tipos de uso da terra.
- A falta aparente de incentivo para a criação de reservas particulares seria resultado dos baixos níveis de fiscalização do imposto territorial? Neste caso, quais são os custos, benefícios e mecanismos disponíveis para se aumentar a fiscalização?
- Existe margem para se negociar os direitos de desenvolvimento na região Amazônica? A nova legislação exige que 80% das terras particulares da Amazônia sejam mantidas como florestas primárias. Em algumas áreas, no entanto, o custo de oportunidade para manter-se a cobertura florestal é mais alto do que outros custos. A partir daí, surge a possibilidade de “trading rights” para desenvolvimento em áreas de reserva legal, desde que os interessados adicionem áreas equivalentes, com cobertura florestal, nas áreas zoneadas como prioritárias para a conservação da diversidade biológica. As questões de monitoramento e fiscalização, bem como a possibilidade de se criar incentivos para influenciar o processo de zoneamento também deverão ser consideradas.

Fazendo o ecoturismo funcionar para os atores locais

O ecoturismo é identificado como uma provável fonte de renda em um grande número de planos de gestão de áreas protegidas. Apesar disso, ainda existe pouca experiência em ecoturismo na área Amazônica, e há vários significados para o termo em si. As principais questões a serem abordadas são:

- Identificar modelos apropriados de ecoturismo para os locais em pauta;
- Assegurar que as comunidades locais sejam participantes do processo; e
- Formular estratégias de ecoturismo que sejam genuinamente sustentáveis.

Desenvolver atividades econômicas sustentáveis em terras indígenas

A melhoria sustentável dos sistemas produtivos é uma questão importante para muitos povos indígenas da área de abrangência dos corredores ecológicos. É provável que no componente indígenas do projeto sejam apresentadas propostas para várias atividades econômicas de pequena escala. Será necessário realizar uma análise econômica dos prováveis custos e rendas de tais projetos; e a capacitação local para isso é baixa. Portanto, será necessário prover as ONGs locais com técnicas e habilidades para conduzir a avaliação financeira básica.

Estimar a disposição local de pagar pela conservação

O sucesso a longo prazo de programas de conservação dependerá da disposição do povo brasileiro de pagar por elementos substanciais das intervenções necessárias. Pesquisas recentes mostram uma crescente conscientização ambiental a nível nacional. Não obstante, ao passo que muitas pessoas dizem estar dispostas a pagar para evitar a perda de biodiversidade, não há ainda quantificação dessa disposição. Em países tão diversos como

os Estados Unidos e a Índia, por exemplo, técnicas de avaliação de contingente têm sido usadas para orientar os formuladores de políticas a respeito da disposição das pessoas de pagar pela conservação; estudos similares poderiam ser feitos no Brasil. A realização de estudos ao longo de alguns anos também evidenciaria, ao menos em parte, o retorno dos programas de educação ambiental.

Com base na proposta preliminar para cooperação com um instituto de pesquisa local da Amazônia e as áreas prioritárias de pesquisa econômica, o esboço do perfil do TCO para esta função seria:

- Experiência em desenvolver capacidade de pesquisa sócio-econômica em um país em desenvolvimento/de renda média;
- Experiência ampla em conduzir estudos econômicos de recursos naturais como base para formulação de políticas;
- Experiência comprovada nas áreas prioritárias de estudo mencionadas acima;
- Entendimento claro do papel dos incentivos e regulamentação na Amazônia;
- Capacidade para trabalhar em um ambiente multi-disciplinar; e
- Capacidade de comunicar-se em português.

Anexo 10: Reuniões ocorridas durante as viagens da missão de pré-avaliação do Projeto Corredores Ecológicos, com datas, participantes e locais

Reunião 1

Local: Tefê

Data: 02.06.98

Aroaldo Pessoa Batalha	IBAMA/Tefê
Astrogildo Martins de Moraes	IBAMA-Tefê/AM
Hamilton Casara	IBAMA/AM
Jean Robson Pinheiro Jacintho	CIMI
José Odil Queiroz dos Santos	Z-4/Tefê
Manoel Sebastião de Oliveira	ALVARAES
Ana Maria da Silva Mota	MEB/Tefê
Carlos Ramos de Castro	MEB/Tefê
Francisco Queiroz Silva	MEB/Tefê
Jorge Luis Lemos Pinto	CPI/Tefê
Glenaldo Lopes dos Santos	GPD
Firmino Walter Cavalcante	GPD/Projeto Mamirauá
Sebastião Lopes dos Santos	GPD
Givan Moraes de Almeida (Presid.)	GPD
Dionísio Alves da Silva	C. Liberdade
Edson de Almeida Saabá	C. Liberdade
João Viana	Soc. Civil Mamirauá
Marik Reis	Projeto Mamirauá
Humberto de Oliveira Moraes	SEMATUR- Tefê
Claudemir	Ass. Jurídica/ Tefê
Pe. Michel Huck	Paróquia de Fonte Boa

Reunião 2

Local: IBAMA/AM

Data: 04/06/98

Marinaldo de Melo	IBAMA
Hamilton Casara	IBAMA
Olatz Cases	IBAMA
Angelo Lima Francisco	IBAMA
Paulo F. Buhmheim	IMT-ANI/FUA
Marcos Antonio B. Freitas	Funai/AER/MAO
Josely de Macedo Bezerra	Prefeit. de Barcelos
Henrique Pereira	CPT-AM

Reunião 3

Local: SUPES/MANAUS

Data: 04/06/98

Olatz Cases	IBAMA
Angelo Lima Francisco	IBAMA
Manoel J. Lima	COIAB - AMARN
Maria Miguelina	COIAB - AMARN
Claudio Pereira	COIAB
Benedito Machado	Tukano
Claudio Lemos Barreto	Tukano
Antonio de Lima Mesquita	Prefeitura de Manacapuru
Marcos Antônio Braga de Freitas	FUNAI/AER/MAO
Paulo F. Buhmheim	IMT-AM/FUA

Reunião 4

Local: INCRA

Data: 05/06/98

Maria Aparecida C. L. Dias	INCRA/AM
Soraya	INCRA/AM
Mário	Procurador Federal/INCRA

Reunião 5

Local: IPAAM
Data: 05/06/98

Neliton Marques da Silva
Estevão Vicente C. Monteiro de Paula
René Levy Aguiar
Vicente de Paula Queiroz Nogueira

IPAAM/UA
IPAAM/UP
IPAAM/UTAM
IPAAM/Presidente

Reunião 6

Local: Fazenda Reunidas Vale do Juliana
Data: 07/06/98

Durval Olivieri
Norberto Odebrecht
Robert Finnegan
Agenildo
Alexandre Tardin
Richard Hartley
Kevin Flesher
Ângelo Calmon de Sá
Eric Cavaloc
Paulo
Luis Barcelos
Antonio Comanto Netto
Joaquim Cardoso Filho
José Guilherme da Motta
Marcos Antonio Silva Nery
Gerardo Angel Bressan Smith
Luiz Oddone Braga Neto
Benício Boida de Andrade
Aureliano Bulhões Neto
Raul René Valle
Ebiesel Andrade
José Peixoto
Leite
Francisco J. Barturen
Manuel Vieira Filho
Adonvas de Castro Virgens Filho

CRA/SEPLANTEC
FRVJ
Contact Traduções
Prefeito de Valença
Cia Valença Industrial
Fundação BioBrasil
Fundação BioBrasil
Agrícola Cantagalo Ltda
Plantações Michelin
M. Libanio Agrícola
Prefeito Ibirapitanga
SEBRAE-BA
SENAR-BA
IBAMA-Ba
INCRA/BA
DDF/BA
Nestlé
Produtor Rural
Cargill Cacau Ltda
CEPEC/CEPLAC
CEPLAC/CEMEX
CEPLAC
CEPLAC-BA e ES
IDES
Prefeito Bauru
IDES

Reunião 7

Local: Estação Vera Cruz
Data: 08/06/98

Sylvain Rothstein
Giovana G. Kill Porteiro
Maria da Penha Padovan
Sérgio Lucena Mendes
Alfredo Antonio Neto
Francisco José S. Gomes
Tatiana de Oliveira
Gerardo Angel Bressan Smith
Cassia Maria Silva Boaventura
Sandra Müller
Alvaro Medina
Robson de Almeida Britto
Delivaldo Nascimento
Flávio Fernandes Ferreira
Antonio Vescovi Possato
Helen
Alberto Gonçalves
Edilson Nogueira
João Batista da Silva

Brasil Holanda de Ind. S/A
SEAMA-ES
SEAMA-ES
MBML ES
Flona Rio Preto/IBAMA
Polícia Ambiental ES
DDF/CI
DDF/BA
IPHAN
DDF/CI
IDAF/ES
IDAF/ES
CRA
SEAMA/ES
Prefeitura de João Neiva - ES
Rebio Sooretama IBAMA/ES
DICOF/IBAMA-BA
DICOF/IBAMA-BA
IBAMA/Sepes/PA

José Paulo Aires Monteiro
 Juraci de Lima
 José Reinaldo
 Welington
 Estevão José M. Fonseca
 José Olímpio Vargas
 Gilberto Gerhebal
 Saturnino Neto
 Guanadir Gonçalves
 Cecília Baptistotle
 João Carlos Alciati Thomé
 José Maria Assis Poubel
 Carmen Tereza Florêncio
 Mário P. C. Filho
 Enio Ardohain
 Jurcma Mazuity Gerze
 Faustino
 Lincoln A. Camponez
 João Batista

IBAMA/Dom Eliseu/PA
 IBAMA/BA
 IBAMA/BA
 IBAMA/BA
 IBAMA
 IBAMA/NUC-ES
 IBAMA/NUC-ES
 IBAMA/Rebio de UNA
 IBAMA/ES
 IBAMA/ES
 Tamar/IBAMA
 IBAMA/ES
 IBAMA/BA

Parque Estadual Itaúnas/ES
 VeraCruz Celulose S/A
 Pref. Porto Seguro
 Parque Itaúnas
 Prefeitura de Aracruz

Reunião 8

Local: Hotel Praia Porto Seguro
 Data: 08/06/98

José Olímpio Vargas
 Saturnino Neto
 Carmen Tereza Florêncio
 José Maria Assis Poubel
 Guanadir Gonçalves
 Alfredo Antônio Neto
 Gilberto Gernards
 Estêvão José Marchesini Fonseca
 Flávio Fernandes Ferreira
 Anderson Lanusse Vaccari
 Enio Ardohain
 Lincoln Andrade Camponez
 Antonio Vescovi
 Gustavo Fonseca
 Keith Alger
 Helio A. Bulhões
 Rui Rocha
 Sérgio Coutinho
 Cassia M. Silva Boaventura
 José Augusto Josato
 Milene Maia
 Francisco Gomes
 Antonio B. Assumpção
 Gerardo Angel Bressan Smith
 Alvaro Feres Medina
 Robson de Almeida Britto
 Sandra Müller
 Cecilia Baptistolle
 Sérgio Lucena Mendes
 Giovana Guardia Kill Porteiro
 João Carlos Thomé
 João Batista
 Luis Claudio
 José Luis de Jesus Serra
 Edmilson Perez
 Antônio Carlos Correia de Souza Júnior
 Antônio Carlos C. de Souza

IBAMA/ES
 IBAMA/BA
 IBAMA/BA
 IBAMA/ES
 IBAMA/ES
 IBAMA/ES
 IBAMA/NUC-ES
 Parna Caparaó MG/ES
 SEAMA/ES
 SEAMA/ES
 SEAMA/ES
 P. Est. Itaúnas/ES
 Mosteiro Zen
 CI/AMG
 IESB-Ithéus -BA
 Rebio Sooterama/ES
 IESB/CI
 Embrapa/AMA
 IPHAN-BA
 CEPEDES
 Movimento Defesa de P.S.
 Polícia Ambiental/ES
 Terra Viva
 DDF/BA
 IDAF
 IDAF-ES
 DDF CI
 Rádio de Combotos
 MBML/ES
 SEAMA-ES
 Projeto Tamar
 Pref. de Aracruz/ES
 MST/BA
 MST-BA
 Itamar/AM
 ATR- Itamaraju
 Itamaraju

Reunião 9
Local: AUDITÓRIO OTTHON PALACE HOTEL
Data: 09/06/98

Maria Ângela Marcovaldi
Victor Patiri
Júlio César Vasconcelos Campos
Josias Pires Neto
José Augusto Saraiva Peixoto
Barreto
Erika Campos
Cláudio M Lôpo
Marcelo Marcelino
Regina Testa
Edvaldo Filho
Jair Franco Lima Gomes
Elbano Paschoal F. Moraes
Teresa Lúcia Muricy de Abreu
Renato Cunha
José Carlos Capinan
Maria Theresa S. Strodman
Carlos Eduardo O. de Souza Leite
Claudio Gustavo Lasa

Fundação Tamar
Fundação Tamar
MST
Centro de Educação Amb. São Bartolomeu
GERMEN
CABINCLA
IABN
APPRC/IABN
IBAMA
Rede Onp's Mata Atlântica
Correio da Bahia
CREA-BA
Gambá
Gambá
Rede ONG's Mata Atlântica
Ecodramas
RMA
SASOP
SASOP

Reunião 10
Local: SEPLANTEC/BA
Data: 10/06/98

José Guilherme da Motta
Haroldo Perim Coelho
Marcelo Marcelino
José A. Puppim de Oliveira
Gustavo Wachtel
Durval Olivieri
Fausto Azevedo
Luiz Carreira
Vera Schumann
Gerardo A. Bressan Smith
Norberto Odebrecht
Pedro Barbosa
Geraldo Aquino Reis
Antonio C. do Nascimento
Rui Tandinha
Heloisa Dias
Dário Antonio de Almeida

IBAMA/BA
IBAMA/MG
IBAMA
BN/MII
GTZ
CRA/SEPLANTEC/BA
Seplantec
Seplantec
Seplantec
DDF/BA
FRVJ
Seagri
C.R.A
C.R.A
Secret. Est. de Agricultura
SEAMA-ES
IDAF/ES

Reunião 11
Local: SEPLANTEC/BA
Data: 10/06/98

Marcelo Marcelino
Gerardo A. B. Smith

IBAMA
DDF/BA